



AÇÕES DO COLETIVO YACI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS: CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA E EMANCIPADORA

Flávia Fernanda Santos Silva ¹
Alessandra Araújo da Silva ²
Ananda Maria Pinto Gomes ³

Resumo: Há uma demanda em relação a superação das desigualdades de gênero, e em nosso caso específico, dos diferentes grupos de mulheres. Com base nessa realidade, este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de um Projeto de Extensão, realizado na Universidade Federal do Amazonas. Para a realização do projeto, foram oferecidos encontros com docentes, técnicos/as e discentes do Campus, além da organização de uma palestra sobre a temática para alunos(as) e demais sujeitos da comunidade do município de Coari. A efetivação dessas atividades buscou manter a troca de experiências nessa relação academia/ município, promovendo a sororidade e combatendo violências que ainda se perpetuam na sociedade Amazonense. A partir da experiência realizada, considera-se que há resistências, além do desconhecimento sobre o tema, ocasionado pelas opressões da sociedade machista nos diversos espaços, acarretando numa opressão de gênero e preconceitos em torno do Feminismo.

Palavras-chave: Educação; Feminismo; Extensão; Coletivo.

INTRODUÇÃO

O Feminismo é uma ação política/ideológica que incorpora teoria e prática. Historicamente, é um movimento que reconhece as mulheres como sujeitos de transformação de sua própria condição de existência, podendo ser expresso em ações coletivas e individuais (VERA SOARES, 1994). Nessa perspectiva, as organizações feministas vêm desenvolvendo e expandindo novos pensamentos sobre sua compreensão do mundo, e sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Nos últimos tempos, pesquisas apontam a perspectiva de gênero como central nos estudos que propõem uma mudança nas formas de compreender as realidades sociais, sobretudo, aquelas condutas naturalizadas pelos sujeitos reprodutores de desigualdades. Isso envolve o determinismo biológico, e a hegemonia da masculinidade na socialização e nas relações de poder (BREVIS RIQUELME; BREVIS RIQUELME; SANDRA LÓPEZ DIETZ, 2022).

A ideia de mobilização enquanto coletivo, compartilha da posição de SCOTT (1996), no que diz respeito à construção de uma nova história, onde afirma que é a partir da categoria

¹Doutora em Educação, Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, Campus Icet/Itacoatiara. E-mail: flaviafernanda@ufam.edu.br

²Mestra em Saúde Pública pela Fiocruz/Amazônia. Professora do curso de Fisioterapia do Instituto de Saúde e Biotecnologia ISB, da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: alessandraaraujo@ufam.edu.br

³Especialista em Gestão da Saúde Mental (PROMINAS). Psicóloga Social e Comunitária na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: ananda@ufam.edu.br



gênero que as experiências das mulheres adquirem maior protagonismo a fim de saber como, por que, e em que medida, seus interesses estão sendo construídos e desconstruídos.

Recentemente, um estudo identificou que os coletivos universitários são formados por estudantes do Ensino Superior que atuam dentro das universidades, onde discutem e propõem ações que desconstróem preconceitos, mobilizando a inclusão de grupos com mais dificuldade de acesso a direitos, especificamente mulheres e negros, bem como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (conhecidos pela sigla LGBTT) (CRISTINA PEREZ; SOUZA, 2020).

Atualmente uma das principais pautas dos coletivos universitários é o feminismo, seguido da pauta estudantil, organização partidária e a questão LGBTT, com foco no combate à discriminação dentro e fora das universidades. Além disso, se inclui o combate ao racismo, atuação em prol das artes (teatro, música e dança, por exemplo), debates sobre meio ambiente, natureza, causa animal e saúde, acesso à cidade, ligações aos sindicatos e categorias profissionais, pauta anarquista e anticapitalista. Os coletivos que discutem feminismo tem sido os que mais adicionam mais de uma pauta em suas lutas. Seus debates contêm a defesa de segmentos diferentes que vão além das bandeiras principais. Em geral, são os coletivos que adicionam, além de sua pauta principal, a militância em prol do fim da discriminação racial, seguida pela defesa de direitos para a população LGBTQIA+ (CRISTINA PEREZ; SOUZA, 2020). Assim, a criação dos coletivos universitários, vem sendo mobilizados pelo descontentamento dos alunos/as em relação à ausência de discussões sobre preconceito e direitos para mulheres, negros e LGBTQIA+s nos espaços das universidades.

Para Guedes Moema (2008), analisar a trajetória do contingente feminino com nível universitário é imprescindível, na medida em que o acesso às universidades viabiliza uma ascensão social, além da possibilidade de se concorrer por melhores postos de trabalho. Somado a isso, têm-se a partir das relações de gênero, a ocupação de espaços de comando controlados tradicionalmente por homens.

Sendo assim, com base nessa realidade, apresenta-se os resultados de um Projeto de Extensão realizado na Universidade Federal do Amazonas, momento em que foram realizadas atividades de rodas de conversa com docentes, técnicos/as e discentes do Campus, além da organização de uma feira cultural e palestra sobre a temática para alunos(as) e demais sujeitos da comunidade do município de Coari.

O município de Coari fica localizado na mesorregião do centro amazonense. De acordo com a última atualização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o município possuía uma população estimada de 70.496 pessoas. Em relação a população



feminina, conforme as informações do Mapa da Violência (2012) sobre o Homicídio de mulheres no Brasil. Coari ocupava a 99ª posição no ranking das 100 cidades brasileiras com maior índice de homicídio de mulheres. Nesse mesmo estudo, em relação ao número de taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) por estado, o estado do Amazonas ocupava a 66ª posição (WASELFSZ, 2012).

Com base nessa realidade, a organização do coletivo tornou-se uma realidade a ser executada, na medida em que defendemos a importância do enfrentamento das diversas formas de violência contra as mulheres nos diversos espaços da sociedade.

Para melhor entendimento do trabalho, o texto está organizado em quatro seções. Sendo a primeira, esta introdução, na qual são apresentados os objetivos e uma breve discussão teórica que fundamenta a importância da realização do Coletivo. Em seguida, descreve-se os aspectos metodológicos e as etapas da realização do projeto de extensão na universidade. Logo depois, são apresentados os resultados em que são discutidas a relação universidade/comunidade na culminância das atividades, finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas nesta pesquisa.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em um relato de experiência sobre a condução do projeto de extensão “Coletivo Yaci: Construindo uma Educação Feminista e Emancipadora”, iniciado no ano de 2023 no Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM.

Nesse sentido, os dados aqui apresentados e discutidos baseiam-se nos documentos apresentados em formato de relatos de experiência dos (as) participantes. Por meio dessa técnica, foi possível a obtenção de informações voltadas para o que as pessoas sentiram, pensaram, e/ou desejam fazer sobre diversos aspectos da vida social (GIL, 1999).

Para a realização do projeto, elaborou-se inicialmente uma orientação teórico/metodológica com os(as) estudantes participantes sobre a ementa da Atividade Curricular de Extensão (ACE). As reuniões envolveram leitura e discussões de textos, assim como a realização de um evento, mediado pelas professoras coordenadoras do Coletivo. Nesse debate, se incluiu o problema das diversas formas de violência contra as mulheres, preconceito de gênero e demais assuntos não debatidos e marcado de omissões e o silenciamentos no espaço da universidade.



Durante as reuniões, debateu-se vários textos, a exemplo do livro de bell hooks (2018) quando a autora aborda as interpretações errôneas sobre o feminismo, o desconhecimento sobre a teoria e prática do movimento, assim como seu objetivo de encerrar com a opressão e exploração sexista. Um outro texto debatido, foi um capítulo do livro de Barroso Milena (2021) quando trata da violência contra as mulheres no espaço da universidade.

Esse livro, organizado pela editora da Universidade Federal do Amazonas, destaca as contradições e expressões presentes na universidade, além de um conjunto de violências sofridas pelas mulheres no espaço universitário, a partir de resultados de pesquisas sobre a violência contra as mulheres em instituições de ensino superior (MILENA BARROSO, 2021).

O livro intitulado: você já é feminista, trouxe uma abordagem sobre as origens do movimento feminista no mundo, os tipos de feminismo e as características do machismo estrutural que de forma enraizada exige uma luta diária pela transformação da sociedade em relação a todos os tipos de mulheres oprimidas por gênero, sexualidade, classe e raça etc (BELL HOOKS, 2018).

A dinâmica das leituras intercalava-se com pausas para escuta de relatos paralelos de situações que envolviam certos tipos de violência dentro do ambiente acadêmico sofridos ou presenciados pelas voluntárias e voluntários do projeto. Demais ações, como elaboração de cartazes, bilhetes e recadinhos fizeram parte da fase inicial do projeto.

Na segunda fase do projeto, foram organizadas reuniões de planejamento sobre a Palestra e o evento Cultural cujos participantes puderam discutir a proposta de uma palestra e feira Cultural a ser realizada no Campus. No dia do evento, os(as) participantes (acadêmicos(as) da Universidade Federal do Amazonas, Campus do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) Coari, e mulheres da comunidade, participaram de uma palestra, intitulada: Violência contra a mulher: aspectos históricos, resistências e tipologias. E ainda, de uma roda de conversa sobre empreendedorismo concomitante com uma oficina de automaquiagem.

Durante a palestra, foi explanado aspectos históricos sobre a violência contra a mulher no Brasil e no espaço da universidade, assim como a negação de direitos e resistências. Promoveu-se um debate a partir de Valmiene Sousa, Raissa Lima e Daiele Silva (2021) quando abordam sobre a universidade enquanto espaço privilegiado da produção do conhecimento, mas que ainda expressa as contradições conservadoras da sociedade.

De forma concomitante, ao longo de todo o evento, ocorreu uma feira com venda de produtos artesanais indígenas produzidos por mulheres do município de Coari/Amazonas.



DESENVOLVIMENTO

O acesso das mulheres à escolaridade e o feminismo estão intrinsecamente ligados, representando uma evolução significativa na busca pela igualdade de gênero. O movimento feminista foi um dos grupos que contribuiu com a ascensão das mulheres à escolaridade. Esse fenômeno, enquanto movimento social, surge no contexto das ideias iluministas, em torno da procura por direitos sociais e políticos. No Brasil, surge na metade do século XIX com a mudança do panorama econômico e cultural, onde as mulheres passaram a ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar etc. As feministas lutaram pela igualdade de oportunidades educacionais, defendendo o direito das mulheres de frequentar escolas, universidades e instituições de ensino superior (BLAY, 2003).

Desde o princípio do movimento, a luta pelo direito à educação tem sido uma das pedras angulares do movimento feminista, posto que a educação cumpre um papel fundamental na emancipação das mulheres e no rompimento de barreiras de gênero.

Historicamente, as mulheres enfrentavam muitos obstáculos quando se tratava de obter uma educação de qualidade. Durante grande parte da história, o acesso à educação formal foi negado ou severamente limitado para as mulheres em muitas partes do mundo, somente as camadas médias e altas foram as primeiras ingressantes em instituições de ensino superior. Embora fosse esse o retrato, o jornalismo feminista da época não hesitava em demonstrar suas conquistas frente ao posicionamento da educação dominada pelo patriarcado (CONSTÂNCIA DUARTE, 2019; FÚLVIA ROSEMBERG, 2018).

À medida que o feminismo avançou, houve uma mudança significativa nas políticas educacionais em muitos lugares do mundo. Houve muitos debates em Conferências e Convenções, e Leis foram promulgadas para garantir a igualdade de gênero no acesso à educação, com mulheres passando a ter mais oportunidades de formação em diversos campos acadêmicos. O feminismo desafiou estereótipos de gênero específicos que limitavam as escolhas de carreira das mulheres, encorajando-as a seguir áreas inicialmente dominadas por homens, como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (FÚLVIA ROSEMBERG, 2018; ZARBATO; MARTINS, 2022).

Entretanto, é importante destacar que, embora a história mostre evoluções significativas, desafios persistentes ainda existem. A desigualdade de gênero no acesso à educação persiste em muitas partes do mundo, em razão de barreiras econômicas, culturais ou sociais. Desse modo, o feminismo continua a ser relevante na luta pela educação igualitária para todas as mulheres.



Na escolarização das mulheres no Ensino Superior, embora a Universidade tenha avançado com o crescente acesso de mulheres a esse meio, ainda temos uma sociedade guiada pelo modelo eurocentrismo e patriarcal refletindo no âmbito acadêmico. Por consequência, não encontramos mudanças éticas em relação às ações sexistas (ZARBATO; MARTINS, 2022).

Uma das formas de violência baseada no gênero é a violência contra as mulheres, que configura a expressão mais agressiva e explícita do patriarcado, caracterizada pela relação desigual entre homens e mulheres, fixada em uma ordem social, que coloca a mulher em lugar de subordinação, buscando assegurar a superioridade masculina. Esta violência vem se estabelecendo como um fato social oportuno para influenciar profundamente os modos de viver, adoecer e morrer das mulheres (MARIA ALMEIDA, 2017; MOURA; NETTO; SOUZA, 2012).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, apontaram que os registros de feminicídio diminuíram durante os anos de 2020 e 2021, porém, se trata de uma informação obtida em período de pandemia, num cenário de isolamento social, que diante das circunstâncias impossibilitou as mulheres de acessar serviços de apoio. Por outro lado, demonstrou que houve um acréscimo significativo de 23 mil novas chamadas de emergência para o número 190 denunciando casos de violência doméstica, demonstrando que a queda de crimes letais não refletia na diminuição da violência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Logo, é preciso destacar a magnitude desse problema, conforme afirma Garcia (2016, p. 452):

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública de proporções epidêmicas no Brasil, embora sua magnitude seja em grande parte invisível. Este problema não pode ser tratado como se fora restrito a alguns segmentos, uma vez que permeia toda a sociedade brasileira. A prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher passam necessariamente pela redução das desigualdades de gênero e requerem o engajamento de diferentes setores da sociedade, para se garantir que todas as mulheres e meninas tenham acesso ao direito básico de viver sem violência.

Dentro dos índices de violência contra mulheres, estão presentes também os casos que ocorrem nas instituições de ensino públicas e particulares, que tem sido apontado como um espaço perigoso para as mulheres (FABIENE GAMA; MARIELEN BALDISSERA, 2022).

Uma pesquisa realizada dentro do ambiente universitário, sobre violência contra as mulheres nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Amazonas, revelou dados alarmantes. De 1.166 participantes, 445 afirmaram que foram vítimas de algum tipo de violência na universidade nos últimos cinco anos (ANDRADE; ANA MARTINS; MÔNICA MEDEIROS, 2021). Isso corrobora com dados apresentados em uma pesquisa anterior, feita pelo Instituto



Avon em parceria com o Data Popular com 1.823 estudantes de IES de todo o país, que identificou um percentil considerável de 67% das mulheres afirmando ter sofrido algum tipo de violência no espaço universitário. 42% das mulheres relataram ter sentido medo de sofrer violência e 36% afirmaram ter deixado de participar de atividades na universidade por medo de sofrer violência (MÍRIAM SCAVONE, 2015).

Sendo assim, as consequências geradas pelas violências são extensas, compromete a saúde e o bem-estar, sobretudo a saúde física e mental das mulheres, promovendo a evasão de estudantes do sexo feminino (MATOS; SANTOS; SANTOS, 2021). Nesse sentido, os desafios para o enfrentamento dessa violência são enormes, por ser complexo e envolver múltiplos fatores. O combate desse fenômeno requer uma articulação intersetorial e de abordagem multiprofissional de profissionais que trabalham com a violência de gênero (LUCIANA OLIVEIRA; PAULA CURI, 2020).

A Universidade pública, enquanto reflexo do sistema social, também apresenta expressões do que se vê na sociedade brasileira. Lamentavelmente, nela também encontramos braços que agem de forma violenta, mesmo com a dualidade de forças, visto que há um movimento progressista que atua pela promoção e defesa da não violência, dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana (MATOS; SANTOS; SANTOS, 2021).

O enfrentamento dos diversos tipos de violência nas universidades é uma questão de extrema importância que requer a implementação de ações programadas e estratégicas. As instituições de ensino superior têm a responsabilidade de proporcionar um ambiente seguro e inclusivo aos seus membros, incluindo estudantes, professores(as) e funcionários(as).

Com a visibilidade da violência, algumas universidades já conceberam em suas políticas, ações programadas de enfrentamento dos diversos tipos de violências e não somente ações pontuais ou notas de repúdio. A exemplo, temos a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que possui uma Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que realizou no ano de 2018, Fóruns Contra Violências no Ambiente Universitário (MATOS; SANTOS; SANTOS, 2021).

As discussões deram destaque para o enfoque dialógico, reflexivo e problematizador, valorizando vivências na construção coletiva do conhecimento, uma proposta educacional de Paulo Freire (1987), que colaborou com o reconhecimento e o fortalecimento da atuação de discentes, docentes e demais profissionais diante do problema da violência de gênero.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final das atividades de extensão, obteve-se o relato de experiência dos alunos(as) e demais participantes a respeito do projeto. Mulheres da comunidade afirmaram a importância da realização do evento, na medida em que, aprenderam sobre diversas conquistas que as mulheres obtiveram ao longo do tempo no Brasil e no mundo.

Em outros relatos observam-se comentários acerca da discussão racial e feminismo. O relato de uma auxiliar de serviços gerais do campus confirma isso, quando escreve: “Achei de grande importância a palestra sobre as conquistas feministas ao longo da vida, conhecendo mais um pouco sobre as leis, e os abusos que ocorre sobre as mulheres negras”.

Essa afirmação demonstra a necessidade de pensar o feminismo, do ponto de vista de um Estado que é racista, sexista e capitalista, e por isso, o debate precisa considerar a identidade de raça e de classe que gera enormes diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida das mulheres, sobretudo, mulheres negras (BELL HOOKS, 2015). Assim sendo, a palestra ministrada proporcionou perspectivas de reflexão sobre o movimento feminista, cujo engajamento não deve ser realizado apenas por mulheres brancas, mas por todas as mulheres em suas diferentes contextualizações (GEORGIA MARCINIK; AMANA MATTOS, 2021).

Ao tratar sobre os tipos de violência, outra participante reconheceu a importância da continuidade do projeto, quando cita: “Que esse projeto lindo continue. É muito importante e faz com que nós mulheres abrimos os olhos e que não podemos aceitar tudo de boca calada”.

Sobre a violência contra as mulheres, e do ponto de vista da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) esse depoimento reflete a importância de promover o conhecimento de suas diferentes formas de manifestação, e como a ausência de um trabalho sério e efetivo sobre o tema, tem como consequência a manutenção dos impactos na saúde mental, física e individual e familiar da mulher.

De fato, a universidade tem um papel fundamental no debate dessas questões, pois sendo o reflexo da sociedade, também é atravessada por tensões, além de ser um lugar privilegiado de reflexão das múltiplas vivências/experiências de mulheres. De forma concomitante, têm-se também a violência contra as mulheres nesse espaço, muitas vezes naturalizada pelas lógicas patriarcais.

Sobre esse aspecto, Valmiene Sousa *et. al* (2021, p. 43), destacam:

Tanto é assim que ultimamente têm ocorrido diversos casos de violência em instituições de ensino superior brasileiras contra mulheres estudantes, professoras, funcionárias técnicas e terceirizadas. Entre estas situações, destacam-se assédio moral e sexual, agressão física e /ou psicológica e até



estupro. Trata-se de um retrato sexista e violento que tem se explicitado de forma exponencial nos últimos anos no Brasil.

Portanto, ao enfrentarmos o desafio da execução do projeto de extensão, nos deparamos com relatos de alunas e professoras sobre a isenção de medidas de combates aos diversos tipos de violências, assim como o silenciamento sobre o assunto no espaço da universidade, mediada por uma suposta neutralidade mantida pelo que vem sendo popularmente nomeado de “passação de pano”. Isso trouxe variadas reflexões para todos(as) participantes ao longo das reuniões, como algo a ser enfrentado pelos canais diálogo e denúncias.

IMAGEM 1 – FOTO DE REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DE TEXTOS



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Mediante a realização do projeto e com base nos relatos trazidos nas rodas de conversa, também houve uma troca de experiências nessa relação universidade/ comunidade acadêmica, em relação ao combate dos estereótipos negativos e dos preconceitos que se perpetuam na sociedade em relação aos conceitos de feminismo.

A presença de dois rapazes no projeto confirma isso, na medida em que houve engajamento e contribuição desses participantes ao longo de todo semestre, e sem constrangimento por fazerem parte um coletivo feminista, com público predominantemente feminino.



IMAGEM 2 – FOTO PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Também observou - se que a partir da discussão dos textos, os alunos(as) se sentiram motivados a compartilhar violências sofridas, assim como as formas de combatê-las nos diversos contextos em que estão inseridos. Mediante as discussões, os alunos(as) do campus participantes do coletivo, afirmaram ouvir comentários preconceituosos, piadas, e resistências ao se afirmarem participantes de um projeto de extensão feminista, revelando o desconhecimento dos universitários do Campus do ISB, sobre a temática em questão, assim como posturas conservadoras da comunidade acadêmica sobre o assunto da violência contra mulher e demais posturas feministas de combate à violência nos seu mais diversos tipos.

O Coletivo Yaci foi um projeto pioneiro dentro do instituto, com uma interface de troca, acolhimento e empoderamento entre os acadêmicos(as). Os relatos compartilhados neste projeto se assemelham aos apontados nos estudos de VALMIENE SOUSA; RAISSA LIMA; DAIELE SILVA (2021) e ANDRADE; ANA MARTINS; MÔNICA MEDEIROS (2021) e reforça a importância da manutenção desta iniciativa.

Em virtude de existir uma demanda social levantada pela comunidade acadêmica a partir dos voluntários(as) do projeto, faz-se necessário provocar a instituição para o combate constante da violência contra mulheres negras, bem como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e promoção de espaços de discussões e debates para a construção de



conhecimentos interdisciplinares para a igualdade de gênero. Vale salientar que, em 2015, o Brasil aderiu à Agenda 2030 composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Igualdade de gênero” foi nomeado como o 5º objetivo, encontrando-se no plano de ação que intenciona concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, com imprescindível envolvimento mundial (ONU BRASIL, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do Projeto de Extensão, Coletivo Yaci: Construindo uma Educação Feminista e emancipadora, buscou-se desenvolver, após o planejamento, rodas de conversa e um evento de formação para comunidade do município de Coari. O evento ocorreu no Auditório Rio Copeá, Campus I, do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), sendo a formação conduzida pelas professoras coordenadora e vice coordenadora do projeto, uma técnica psicóloga do campus, e alunos (as) dos cursos de Licenciatura-Ciências: Biologia e Química, Graduações de Nutrição, Biotecnologia, Fisioterapia e Enfermagem.

O coletivo teve a preocupação de não ficar aprisionado aos muros da universidade, assim tomamos a iniciativa de promover um evento para a comunidade externa, porém, com o pouco apoio da instituição e de instituições parceiras, a participação foi discreta.

No total, 20 pessoas da comunidade participaram do projeto e do evento de culminância, em que ocorreram discussões e realização de atividades voltadas para a temática, de modo que pudessem refletir sobre a importância do enfrentamento da violência contra a mulher no meio acadêmico e fora dele. Ao longo do evento realizou-se um coffee break, sorteio de brindes e uma oficina de automaquiagem.

Com base em relatos dos(as) participantes, percebeu-se que ainda existe um silenciamento e um lento processo de efetivação de atitudes de enfrentamento nos espaços acadêmicos, ocasionando numa dificuldade dos sujeitos da comunidade em realizar denúncias sobre os variados tipos de violências. Entretanto, embora tenha se constatado o desconhecimento da lei Maria da Penha e de outros tipos de violência, após a formação, os alunos(as) reconheceram a importância de uma educação feminista e demonstraram interesse em planejar atividades e projetos visando combater os preconceitos contra o movimento feminista e auxiliar no engajamento contra as violências que ainda se perpetuam no município de Coari.



REFERÊNCIAS

AFONSO, L. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.

ALMEIDA, T. M. C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C. et al. (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, p. 384-399, 2017.

ANDRADE, Aldair Oliveira de; ANA MARTINS, Claudia Lopes; MÔNICA MEDEIROS, Xavier de. Violência estrutural de gênero no amazonas: análise a partir das experiências da comunidade acadêmica. In: MILENA BARROSO, Fernandes. **Violência contra as mulheres nas Universidades**. Manaus: EDUA/São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, 17(49), 87–98, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

MILENA BARROSO, Fernandes. **Violência contra as mulheres na Universidade**. Manaus: EDUA. São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10 (1), 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CONSTÂNCIA DUARTE, Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HELOÍSA HOLLANDA, Buarque. (org) **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, P. 25-47, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido** (17a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FABIENE GAMA; MARILEN BALDISSERA. Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, p. 325-356, 2022.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 25(3), 451-454, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/D8tmPMdg5WbBm6g7qRMcB3k/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MOEMA GUEDES, de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História**,



Ciências, Saúde-Manguinhos [online], v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206.p

BELL HOOKS, Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MARCINIK, Georgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. Movimentos Feministas e Relações Raciais Intragênero: Entre a Luta e a Opressão. **Rev. Polis e Psique**, 11(1): 183 – 203, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.108015>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v11n1/v11n1a12.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MATOS, A.; SANTOS, M. S.; SANTOS, S. A. Violação de direitos das minorias sociais na Universidade Pública. **Revista Flecha do Tempo**, São Paulo, n. 2, p. 65-79, mar./ago. 2021. Disponível em: <http://flechadotempo.nemesscomplex.com.br/index.php/flechadotempo/article/view/63/31>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MARIA MOURA, Aparecida Vasconcelos; NETTO, Leônidas de Albuquerque; MARIA HELENA SOUZA, Nascimento. **Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas**. Escola Anna Nery, v. 16, p. 435-442, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/b45JFNntp4GVRjBTp7y4Zdh/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

OLIVEIRA, Luciana da Silva; CURI, Paula Land. Formação profissional, experiência e dialogicidade no contexto universitário: relato de uma experiência extensionista em educação feminista. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-18, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ONU BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 06 nov. 2023.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa** [online], v. 46, e217820, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217820>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/yJWCsH4YXhsXBTdgnWGwXfD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RIQUELME BREVIS, Matías, RIQUELME BREVIS, Hernán; LÓPEZ DIETZ, Sandra. Conducta y opinión política de jóvenes mujeres universitarias en La Araucanía, Chile. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 30, n. 3, e79728, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n379728>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Hq4QFbchNVkLMtMRwQpZf4M/>. Acesso em: 16 abr. 2023.



FÚLVIA ROSEMBERG, Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: CARLA PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2018.

MÍRIAM SCAVONE. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon, 2015.

SCOTT, Joan. “El género: una categoría útil para el análisis histórico”. In: MARTA LAMAS, (comp.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual** PUEG, México, p. 265-302, 1996.

VALMIENE SOUSA, Florindo Farias; RAISSA LIMA, Ribeiro; DANIELE SILVA, Rodrigues da. Preconceito e discriminação contra Mulheres na Universidade: contradições e expressões. In: MILENA BARROSO, Fernandes. **Violência contra as mulheres nas Universidades**. Manaus: EDUA/São Paulo: Alexa Cultural, 2021.260p.

VERA SOARES. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. IN: **Revista Estudos feministas**. Rio de Janeiro, 1994.

ZARBATO, J. A. M.; MARTINS, L. S. Ensino superior e o empoderamento feminino: Percursos possíveis em tempos de pandemia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp.2, p. 1132–1149, 2022. DOI: 10.21723/riace.v17iesp.2.16985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16985>. Acesso em: 16 abr. 2023.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012- atualização: homicídio de mulheres no Brasil**. Centro Brasileiro de estudos Latino-Americanos (CEBELA). FLACSO Brasil, 2012. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/mapa-da-violencia-2012-atualizacao. Acesso em: 08 nov. 2023.